

Rede recém-criada visa fortalecer e preservar lugares de memória

Por Rafael Carneiro



No último dia 23/3, nove grupos que trabalham com sítios de memória, se reuniram e criaram a **REBRALUME** (Rede Brasileira de Lugares de Memória), que atuará na preservação e no fortalecimento desses espaços. Foram definidas também as primeiras ações da rede, que conta com membros vindos de vários estados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba. Os trabalhos devem começar efetivamente a partir do segundo semestre deste ano.

O documento de criação da **REBRALUME** foi assinado em um endereço simbólico no campo dos direitos humanos: a futura sede do Memorial da Luta pela Justiça. Situado no número 1.249 da avenida Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo, o local abrigou a Auditoria Militar Federal de São Paulo durante o período da Ditadura Militar. Dentre os presentes estavam representantes da ex-Comissão Municipal da Verdade da cidade de Petrópolis, que reivindicou o tombamento e a conversão em espaço de memória do imóvel conhecido como Casa da Morte de Petrópolis; da Casa do Povo de São Paulo; do Centro de Memória do Sul Fluminense – Genival Luiz da Silva; do Comitê Popular de Santos Memória, Verdade e Justiça; do Memorial da Resistência de São Paulo; do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba; do Movimento Ocupa DOPS do Rio de Janeiro; do Museu da Imigração do Estado de São Paulo; e do Núcleo de Preservação da Memória Política de São Paulo.

Durante três dias, representantes de cada grupo participaram de um grande encontro realizado em São Paulo com direito a palestras, debates e visitas a espaços ligados à memória e aos direitos humanos. Na quinta-feira (21), o primeiro dia, os participantes foram contemplados com uma palestra de Marlon Weichert, procurador regional da república do Ministério Público Federal. Weichert trabalha,

Núcleo de Preservação da Memória Política

Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº2050, Bloco B, Conjunto 141, Jardim Paulista, CEP 01318-912, São Paulo, SP
www.nucleomemoria.org – contato@nucleomemoria.org – Tel. 55.11.2306-4801

principalmente, com temas ligados à justiça de transição (direito à verdade, à responsabilização e à memória em relação a crimes contra a humanidade em períodos pós ditatoriais e/ ou pós conflito). Em uma de suas falas, ele ressaltou que um dos grandes problemas do Brasil, no que se refere aos crimes cometidos durante a Ditadura Militar, é que o país não teve uma política de transição para a democracia, ao contrário do que ocorreu com outros países sul-americanos.

“Diferentemente dos nossos vizinhos que tiveram regimes ditatoriais, a gente não teve uma política de transição. Na verdade, tivemos algumas medidas esparsas e onde isso se mostra mais gritante é na responsabilidade criminal. Todos os países, sem exceção, que tinham um estatuto de impunidade, o reviram. O Brasil é o único país que continua aplicando uma Lei de Anistia editada durante a Ditadura Militar e isso impede um acerto de contas com o passado”, afirmou Weichert.

Após a palestra, todos foram convidados para fazer uma visita ao Museu da Imigração. Uma verdadeira aula que aguçou ainda mais a curiosidade de quem estava ali presente. A quinta-feira terminou com a apresentação de cada um dos grupos, que contaram um pouco sobre seus trabalhos e os desafios que enfrentam em seus projetos.



O segundo dia começou cedo, com uma visita guiada ao Memorial da Resistência de São Paulo. Houve também a continuação das apresentações de projetos e o início do debate sobre a nova rede que surgiria ao final dos três dias de encontro. Para terminar a sexta-feira, foi realizada uma visita à Casa do Povo, centro cultural localizado no bairro do Bom Retiro e que trabalha noções de cultura, memória e comunidade.

No último dia, além da visita ao imóvel que irá abrigar o Memorial da Luta por Justiça, as discussões sobre a criação da rede de lugares de memória e como seria a sua organização continuaram. Após mais de uma hora de debates nasceu o **REBRALUME**, com a missão de promover os valores e princípios democráticos mediante a recuperação, valorização, construção e difusão das memórias coletivas sobre violações aos Direitos Humanos e resistências ocorridas ao longo da história

brasileira. Além disso, a rede terá o papel de fomentar a cultura da não-repetição de situações que ferem a justiça e os direitos dos cidadãos.



Jessie Jane de Souza é ex-presa política da Ditadura Militar e esteve no encontro representando o Movimento Ocupa DOPS, do Rio de Janeiro. Para ela, um dos grandes aprendizados que tirou dos três dias foi a importância de se articular e ter estratégias para tal. Segundo Jessie Jane, os grupos e coletivos ligados aos direitos humanos de São Paulo sabem fazer isso melhor do que os do Rio, que “ainda têm uma luta muito fragmentada”.

Dias intensos e enriquecedores. É assim que definiu Alane Lima, representante do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas, no município de Sapé, na Paraíba. “Foi o início de um levante muito grande de resistência, de luta e de valorização da história do povo. A gente conseguiu construir uma relação de parceiros porque atuávamos cada um em sua região, em sua comunidade de maneira separada. Esse encontro possibilitou a aproximação dessas pessoas que batalham por esses memoriais, culminando na criação de uma rede”, disse.